



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

COMISSÃO GESTORA DO
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO ANUAL
2018



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Índice

1INTRODUÇÃO.....	3
2ABRANGÊNCIA	4
3RELATÓRIO	4
3.1. MATERIAL DE CONSUMO.....	5
3.2. ENERGIA ELÉTRICA	8
3.3. CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO	9
3.4. RESÍDUOS SOLIDOS.....	10
3.6. LIMPEZA.....	12
3.7. LAYOUT.....	13
3.8. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	14
4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS RESULTADOS E DOS INDICADORES.....	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
6. COMISSÃO GESTORA DO PLANO LOGISTICO SUSTENTÁVEL	17



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo ao judiciário estabelecer a sua política de sustentabilidade.

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul elaborou seu plano com a finalidade de estabelecer a implantação e o contínuo aperfeiçoamento de práticas de sustentabilidade dentro do judiciário, em atendimento à determinação contida na Resolução CNJ n. 201/2015. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou, na sessão do dia 16 de setembro de 2015, o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, e em 22 de setembro 2015 foi publicado no portal do TJMS no endereço da Ecogestão (http://www.tjms.jus.br/projeto_ecogestao/).

Os temas que compõem o PLS são aqueles contidos no art. 16º da citada resolução (uso eficiente de insumos e materiais; energia elétrica; água e esgoto; resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal; telefonia; sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional; e deslocamento de pessoal). O monitoramento, a avaliação e a revisão do PLS são de competência da Comissão do Plano de Logística Sustentável, instituída pela Portaria nº 766, de 27 de julho de 2015. Dentre as competências da Comissão Gestora, destacam-se: acompanhar a implantação das ações propostas; orientar sobre contratações e aquisições mais eficientes; requisitar, de forma contínua, os dados e subsídios necessários para o processo de avaliação das ações; elaborar relatório com apresentação dos resultados; sugerir melhorias considerando os resultados obtidos, as boas práticas e legislações pertinentes ao tema de sustentabilidade. O relatório semestral é resultado do monitoramento realizado pela Comissão, sendo o documento em tela o Primeiro Relatório Semestral de Execução do PLS.

Este relatório apresenta as atividades executadas pelo órgão, considerando as ações previstas no PLS, anual de 2018.

Conforme estabelecido nos artigos 22 e 23 da citada Resolução CNJ 201/2015, abaixo transcritos, os resultados obtidos a partir da implantação das ações definidas do PLS-PJMS deverão ser publicados ao final de cada semestre no ano no sítio do órgão, apresentado as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores. Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de desempenho do PLS contendo:

- I – consolidação dos resultados alcançados;
- II – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I da citada Resolução;
- III - identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Por fim, a Comissão espera que esse relatório, além de retratar o atual cenário da sustentabilidade do judiciário sul mato-grossense, sirva para induzir as mudanças necessárias ao bom desempenho ambiental do PJMS.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

1 3.1. MATERIAL DE CONSUMO


O PJMS reforça as campanhas para o alcance dessa meta, que exige esforços, em especial na conscientização dos servidores e colaboradores. De início, tem sido sugerida a redução, o reaproveitamento e a reciclagem do papel, mas o PJMS já adota várias ações para a sua economia como:

- Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos Virtual (SCDPA) desde 2009, que tem por finalidade a comunicação interna, sem a necessidade de impressões;
- Malote digital para efetivação dos benefícios legais como alvará de soltura, progressão de regime ao semiaberto e aberto, livramento condicional e saídas temporárias para tratamento de saúde de custodiados em unidades penais do Estado;
- 100% do papel consumido pelo TJMS são certificados pela CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes);
- Confecções de bloco de anotações confeccionado pela Reprografia do TJMS;
- Sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais.
- Restrição de impressão com uso de senha pessoal para os funcionários do PJMS.

No Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, os papéis A4 são fornecidos por uma empresa terceirizada que faz a manutenção das impressoras, e uma parte do fornecimento acontece pela Secretaria de Bens e Serviços, deste Egrégio.




Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de resma de papel	Data da elaboração	2018
Forma de Medição	Papel (forma de medição: resmas requisitadas no almoxarifado)		

DADOS DA MEDIÇÃO			
CONSUMO DE PAPEL NÃO RECICLADO PRÓPRIO (RESMA)			
2016	2017	2018	
1.432	303	349	
CONSUMO DA PAPEL NÃO RECICLADO CONTRATADO (RESMA)			
2016	2017	2018	
35.155,79	35.874,75	17.409,505	
Total	Total	Total	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS


	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de copos descartáveis	Data da elaboração	2018
Forma de Medição	Copos descartáveis (forma de medição: copo (unidades) requisitados no almoxarifado)		

Copo descartável	DADOS DA MEDIÇÃO		
	2016	2017	2018
Copo descartável para água	44.995	41.427	31.043
Copo descartável para café	11.915	10.843	11.435



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

2 3.2. ENERGIA ELÉTRICA

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Aumentar a eficiência do consumo de energia elétrica.	Data da elaboração	2018
Forma de Medição	Energia elétrica (Forma de medição: Kwh consumido total registrado na medição na conta mensal)		

DADOS DA MEDIÇÃO		
2016	2017	2018
11.459.969,22 Kwh/ano	11.817.903 Kwh/ano	11.846.788,00 Kwh/ano


No item energia elétrica, continuam as seguintes ações:

- acompanhamento de consumo;
- revisão do contrato de fornecimento de energia, visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do Órgão;
- campanha de incentivo à redução do consumo de energia;
- colocação de material visual para a conscientização do consumo de energia elétrica;
- melhorias no dimensionamento dos sistemas elétricos, reduzindo perdas.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3 3.3. CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de água	Data da elaboração	2018
Forma de Medição	Água (Forma de medição: m ³ captado registrado em medidor próprio ou na conta mensal)		

DADOS DA MEDIÇÃO		
2016	2017	2018
65.647 m ³ /ano	60.827 m ³ /ano	60.954 m ³ /ano

Na área de água e esgoto, continuam sendo desenvolvidas as seguintes ações:

- campanha para incentivo de consumo consciente de água;
- substituição de torneiras convencionais nos lavatórios por torneiras com temporizador;
- Estabelecimento de rotina acerca da periodicidade de irrigação de jardins, estipulando períodos padronizados para essa atividade em cada época do ano;
- Captação da água da chuva para limpeza de calçada e irrigação de jardim;
- Instalação de redutores de pressão nas torneiras;
- Monitoramento de uso da água no prédio do Poder Judiciário.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

4 3.4. RESÍDUOS SÓLIDOS

O PJMS atualmente encaminha os materiais recicláveis a cooperativa Coopervida, não existindo nenhum contrato formal.

Os resíduos de informática são encaminhados todos para doação.


No atual contrato de impressão do ano de 2018 os cartuchos e toners são encaminhados para reciclagem.

INDICADOR	DADOS DA MEDIÇÃO		
	2016	2017	2018
Destinação de papel para reciclagem	2.010 Kg/ano	8.450,00 kg/ano	7.032 Kg/ano
Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem	2.309kg/ano	24.610,70 kg/ano	6.693 Kg/ano
Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	7.160 unidades/ano	7.715 unidades/ano	8.045 unidades/ano
Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	155,6 kg/ano	189 kg/ano	241,80 Kg/ano
Total de material reciclável destinado às cooperativas	2.010 Kg	8.450 kg/ano	7.032 Kg/ano



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.5. TELEFONIA FIXA E MÓVEL

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução do dispêndio em telefonia Fixa e Móvel	Data da elaboração	2018
Forma de Medição	Telefonia Fixa e Móvel (Forma de medição: Valor registrado em conta telefônica mensal em relação às linhas e ramais em operação no período)		

DADOS DA MEDIÇÃO

TELEFONIA FIXA 2016	TELEFONIA MÓVEL 2016	TELEFONIA FIXA 2017	TELEFONIA MÓVEL2017	TELEFONIA FIXA 2018	TELEFONIA MÓVEL2018
R\$ 1.146.314,48	R\$ 255.560,82	R\$ 1.173.762,25	R\$ 218.914,14	R\$ 1.143.487,71	R\$ 209.701,37



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS


5 3.6. LIMPEZA

	Plano de Ação	PJMS
Objetivo	Promover mudanças na área de limpeza e conservação para alcançar alternativas sustentáveis. Otimizar o processo de contratação incluindo critérios de sustentabilidade no contrato.	2018
Forma de Medição	Valor anual do contrato pela área de limpeza do prédio	
DADOS DA MEDIÇÃO		
2016	2017	2018
R\$ 39,13/m ²	R\$ 54,17/m ²	R\$ 37,99 /m ²



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

6 3.7. LAYOUT


	Plano de Ação	PJMS
Objetivo	Realizar reformas e manutenção predial prevendo maior flexibilidade espacial, conforto ambiental e menor impacto ao meio ambiente.	2018
Forma de Medição	Valor gasto com reformas nas unidades no ano vigente/ Valor gasto com reformas no ano anterior	
DADOS DA MEDIÇÃO		
2016	2017	2018
R\$ 15.803.118,14	R\$ 1.381.322,65	R\$ 3.152.013,10

7



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

8 3.8. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

		Plano de Ação				PJMS
Objetivo	Orientar e informar os colaboradores e sociedade em geral sobre as ações, Iniciativas e resultados do PLS, além de conscientizar e motivar o corpo funcional para a prática do uso racional de recursos e da sustentabilidade no cotidiano dentro e fora do ambiente de trabalho.				2018	
Forma de Medição						
AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO	
					2018	
Inserir conteúdos de logística sustentável	Capacitar no mínimo 20% dos servidores e colaboradores e sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores até final de 2017.	Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar	EJUD	Em andamento	Foram realizadas 8 ações, com 188 servidores com o tema sustentabilidade.	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

9 4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS RESULTADOS E DOS INDICADORES

De forma geral, obteve-se um bom desempenho através da execução das ações previstas no plano, para o ciclo de 2018. Se revelando necessário o seu aprimoramento, uma vez que há um processo de amadurecimento nas questões da sustentabilidade no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul das ações que ainda não foram implementadas, o que exige especial atenção para minimizar as causas principais apontadas pelos responsáveis: falta de recursos humanos e financeiros. A falta da abrangência territorial do Plano de Ações, em face da característica das Comarcas do Judiciário, também é uma oportunidade de melhoria do PLS, devendo assim, aprimorar-se para alcançar todos os Fóruns. A mobilização das pessoas das unidades para compreender e executar com consciência as ações do Plano de Logística Sustentável é fundamental para transformar o tema sustentabilidade em práticas de gestão inovadoras e de convivência coletiva no Judiciário.

10 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que algumas ações presentes no PLS não foram apresentadas no relatório, pois até o momento não foram realizadas. E as ações não registradas no PLS, mas presentes no relatório são provenientes do levantamento de diagnóstico realizado pelos órgãos e que foram consideradas importantes para o fortalecimento da Política de Sustentabilidade, visto que o PLS possui como objetivo congregar ações existentes.

Contudo, a maioria das ações planejadas do plano foram realizadas.

Tendo em conta que a sustentabilidade apresenta um escopo muito amplo, exige-se muito estudo, pesquisa e participação em grupos de estudo/seminários/cursos para aprendizado e troca de experiências, além de trabalhos conjuntos (parcerias/articulação) com setores do próprio órgão e de outros órgãos da Administração, para o amadurecimento de ideias e conceitos, para acompanhar os avanços dessa temática e revisão constante dos planos de ação.

Ademais, o Plano Logístico Sustentável será revisado no corrente ano.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

11 6. COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça

Dr. Alexandre Antunes da Silva

Direção-Geral

Marcelo Vendas Righetti

Secretaria de Obras

- Núcleo Socioambiental

Rosiley Ferreira Cristaldo

Maria Cristina Tamiozzo

Assessoria de Planejamento

Titular: Tatiana Barbosa Rodrigues

Substituto: Josiany Angelica Silva Oliveira

Secretaria de Bens e Serviços

Titular: Larissa de Almeida Fagundes

Substituto: Alessandro de Oliveira Cardoso

Secretaria de Comunicação

Titular: Carlos Alberto Kuntzel

Substituto: Diego Espindola Virgilio

Secretaria de Gestão de Pessoal

Titular: Maria de Fátima Lessa Bellé

Substituto: Fabiana Ricartes de Oliveira Corradini

Secretaria da Tecnologia da Informação

Titular: Charles Cestari Baruki

Substituto: Altair Junior Ancelmo Soares

Secretaria de Finanças

Titular: Adriana Lechuga do Amaral Prestes

Substituto: Marcela Oliveira Armstrong Batistela

Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul

Titular: Magna Trindade Nantes Fontoura

Substituto: Rosimar Maria da Silva Gomes